

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 13.029 - PR (2019/0297780-1)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
REQUERENTE : FADLO SAHYUN
ADVOGADO : EDUARDO CALDEIRA - PR080223
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE LONDRINA

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de tutela provisória de iniciativa de Fadlo Sahyun com o objetivo de atribuir efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO FISCAL – DETERMINAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO DE BEM IMÓVEL ARREMATADO EM LEILÃO JUDICIAL – DIREITO SOCIAL À MORADIA E DIREITO À MORADIA DIGNA DO IDOSO – INOPONIBILIDADE NO CASO CONCRETO – PROVA DE QUE O IMÓVEL NÃO É A MORADIA DO AGRAVANTE - ALEGAÇÕES DE INVALIDADE DO PRACEAMENTO E NULIDADE DE INTIMAÇÕES VOLTADAS À DESCONSTITUIÇÃO DA ARREMATAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE APRECIACÃO NESTE MOMENTO PROCESSUAL – INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 903, §§, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ POR ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS – CARACTERIZAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO.

Sustenta o insurgente a necessidade de concessão de medida de urgência, ao argumento de que a dívida de honorários sucumbenciais não pode permitir o praceamento de bem imóvel. Aduz ocorrência de dano grave e de difícil reparação, tendo em vista a iminente "desocupação de seu imóvel residencial".

É o breve relato.

A antecipação dos efeitos da tutela recursal ou a concessão de efeito suspensivo demanda a presença do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, este consubstanciado na probabilidade de êxito do recurso especial.

O aresto recorrido negou provimento ao agravo manejado na origem com base nos seguintes fundamentos:

Depreende-se das razões recursais, mov. 1.1, que o ora agravante, em razão da pretensão de desconstituição da arrematação formulada no Agravo de Instrumento – Projudi nº 24867-12.2018.8.16.0000, pretende, por conseguinte, desconstituir a ordem de desocupação do imóvel sob os seguintes fundamentos: a) direito à moradia e de habitação do idoso; b) honorários advocatícios não permitem praceamento de bem imóvel; c) a intimação da realização de leilão foi direcionada a advogado diverso daquele

que patrocinava os interesses do agravante.

a) DA ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO DIREITO À MORADIA E DE HABITAÇÃO DO IDOSO

Em relação ao primeiro argumento, pretende o agravante desconstituir a ordem de desocupação do imóvel opondo a ela o direito constitucional à moradia, previsto no artigo 6º da Constituição da República, e o direito do idoso à moradia digna, previsto no artigo 37 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), os quais dispõem: [...]

O Município agravado e os interessados Roberto Roncarati e Marcimara Moraes Roncarati alegam que o agravante não é morador do imóvel arrematado, haja vista constar dos autos de Cumprimento de Sentença nº 21305-41.2004.8.16.0014 a indicação de residência em outro imóvel, conforme procuração assinada pelo ora agravante datada de 14.07.2017.

Sobre tais alegações não se manifestou o agravante, embora devidamente intimado, mov. 27, restando incontroverso tal fato, devidamente documentado nos autos de Cumprimento de Sentença nº 21305-41.2004.8.16.0014.

Assim, havendo prova de que o agravante não é morador do imóvel arrematado, não merece acolhimento sua alegação.

Ademais, embora não se desconheça o direito social à moradia (artigo 6º da Constituição da República) e o direito de moradia digna conferido ao idoso (artigo 37 da Lei nº 10.741/2003), certo é que, além de não terem sido suscitados perante o juízo *a quo*, tais direitos, por si sós, não são suficientes à desconstituição da ordem de desocupação proferida.

Isso porque a questão tratada no processo de origem (Execução Fiscal nº 27337-23.2008.8.16.0014) diz respeito à expropriação de bem imóvel em razão de dívida tributária dele próprio decorrente, o que é admitido pela legislação pátria (artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 8.009/1990) observados a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal (artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República), *in verbis*: [...]

Ressalte que embora a execução fiscal de origem tenha tido continuidade em razão do não adimplemento dos honorários advocatícios, houve habilitação de outros créditos tributários durante o trâmite processual, conforme se depreende dos pedidos de movs. 76 e 139, bem como da decisão de mov. 102.1, que expressamente menciona que '... a execução persiste em razão da existência de débitos de honorários advocatícios e custas processuais, além do IPTU perseguido nos autos nº 0041302-58.2014.8.16.0014 e 0024816-61.2015.8.16.0014 em apenso, alguns com fatos geradores posteriores à compensação tributária.' (grifou-se)

Destarte, tendo sido observados a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, mostra-se correta a determinação de desocupação de imóvel arrematado em leilão judicial, não se confundindo tal questão com suposta violação do direito à moradia.

b) DAS ALEGAÇÕES DE INVALIDADE DO PRACEAMENTO E DE NULIDADE DE INTIMAÇÃO

Por outro lado, tem-se que as hipóteses legais de impugnação à arrematação estão previstas no artigo 903 do Código de Processo Civil, devendo eventuais questões não abrangidas pelos §§ 1º e 2º e não suscitadas em

Superior Tribunal de Justiça

embargos do executado serem veiculadas por meio de ação autônoma e, em tese, resolverem-se em perdas e danos, *in verbis*: [...]

Observa-se, de plano, que dentre as mencionadas hipóteses legais dos §§ 1º e 2º, não se encontram aquelas suscitadas pelo agravante e voltadas unicamente à desconstituição da arrematação (tais como: 'o fato de honorários advocatícios não poderem permitir praxeamento de bem imóvel' e 'intimação para a realização de leilão direcionada a advogado diverso daquele que efetivamente patrocinava os interesses do agravante'), razão pela qual não podem ser objeto de apreciação neste momento processual (em que se impugna a desocupação do imóvel arrematado) em razão da preclusão.

Destarte, uma vez que a arrematação se encontra perfeita, acabada e irretratável (artigo 903, *caput*, do Código de Processo Civil), mostra-se correta a decisão agravada que determinou a desocupação do imóvel.

Nesse sentido: [...]

Ad argumentandum tantum, o agravante, por meio do Agravo de Instrumento - Projudi nº 24867-12.2018.8.16.0000, desta relatoria, já formulou pedido de invalidação da arrematação sob o fundamento da caracterização de preço vil (artigo 903, § 1º, inciso I, do Código de Processo Civil) e, conforme constou da argumentação da decisão proferida naqueles autos, ele fora devidamente intimado dos atos processuais durante todo o trâmite processual, deixando transcorrer *in albis* tanto o prazo para apresentação de embargos à execução fiscal (artigo 16, inciso III, da Lei de Execução Fiscal) quanto para impugnação da avaliação.

E ao contrário do que alega – genericamente, diga-se (tanto que sequer indica de qual documento constaria o suposto erro procedimental) –, as intimações realizadas no decorrer do processo, mormente da penhora sobre o imóvel (movs. 25 e 26) e da realização do leilão (movs. 50, 52, 54, 57, 58, 62), foram devidamente direcionadas ao advogado então constituído nos autos, observando-se o disposto nos artigos 841, § 1º, e 889, inciso I, do Código de Processo Civil, *in verbis*: [...]

Insta ressaltar que referida alegação de ausência de intimação não havia sido suscitada pelo executado até a superveniência do presente recurso, não obstante tenha ele se manifestado diversas vezes nos autos de origem (em 18.10.2017, mov. 59.1, 01.12.2017, mov. 67 e 08.12.2017, mov. 68) e interposto recurso de decisão anterior que inadmitiu sua impugnação à arrematação.

Ademais, o agravante não produziu qualquer prova que demonstre a alegação de que fora '... a intimação direcionada a procurador judicial diverso daquele que detinha a outorga de poderes de representação judicial', mov. 1.1, fl. 12. Por fim, cumpre ressaltar que, conforme disposto no artigo 901 do Código de Processo Civil, 'A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do . leiloeiro e das demais despesas da execução.'

O MM. Juízo *a quo*, diante do requerimento formulado pelo terceiro arrematante e das provas coligidas aos autos (não impugnadas pelo agravante), determinou corretamente a desocupação do imóvel sob pena de

expedição de mandado de imissão na posse.

Destarte, observados os requisitos do artigo 901 do Código de Processo Civil, mostra-se correta a decisão agravada que determinou a desocupação do imóvel.

c) DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Por fim, restou comprovado nos autos que o agravante não é morador do imóvel arrematado, haja vista constar dos autos de Cumprimento de Sentença nº 21305-41.2004.8.16.0014, mov. 257.2, a indicação de residência em outro imóvel, conforme procuração por ele assinada em 14.07.2017, isto é, antes mesmo da arrematação que pretende invalidar, esta ocorrida em 24.11.2017, mov. 69.1 dos autos de origem.

A multa por litigância de má-fé tem por objetivo punir o ato temerário, desleal ou simplesmente o mau uso do processo, bem como indenizar a parte contrária pelas perdas e danos, conforme previsão no Código de Processo Civil, *in verbis*: [...]

Sendo assim, denota-se um evidente abuso do direito de defesa, o que caracteriza litigância de má-fé prevista nos artigos 80, inciso II, do Código de Processo Civil, a qual deve ser repreendida por meio da imposição de multa em favor do agravado, Município de Londrina.

A respeito da matéria, já decidiu o egrégio Superior Tribunal de Justiça: [...]

No que diz respeito ao percentual da multa, tendo em vista o valor da causa (R\$ 8.165,67, em dezembro de 2008) sobre o qual incidirá, o *quantum* de 2% revela-se adequado.

Em face do exposto, voto pelo desprovimento do recurso, mantendo-se integralmente a decisão agravada, da lavra do eminente Juiz de Direito, Doutor Marcelo Dias da Silva.

Ainda, voto pela condenação do agravante a pagar ao agravado, Município de Londrina, multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, em razão da litigância de má-fé.

No recurso especial a que se pretende atribuir efeito suspensivo, a parte apontou como violados os arts. 23 do Estatuto da OAB (Lei n. 8.906/1994), 37 do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003) e 274 do Código Civil. Em síntese, defende a nulidade da intimação do advogado e afirma que "não se trata de dívida tributária aquela que levou à arrematação do imóvel, mas sim dívida referente a honorários advocatícios sucumbenciais, de natureza completamente diversa".

Ocorre que a pretensão recursal que busca infirmar as premissas do acórdão impugnado esbarra no óbice constante da Súmula 7/STJ. Conforme transcrito, a instância ordinária concluiu:

- i) havendo prova de que o agravante não é morador do imóvel arrematado, não merece acolhimento sua alegação;
- ii) embora a execução fiscal de origem tenha tido continuidade em razão do não adimplemento dos honorários advocatícios, houve habilitação de outros créditos tributários durante o trâmite processual;
- iii) tendo sido observados a ampla defesa, o contraditório e o devido

Superior Tribunal de Justiça

processo legal, mostra-se correta a determinação de desocupação de imóvel arrematado em leilão judicial, não se confundindo tal questão com suposta violação do direito à moradia;

iv) uma vez que a arrematação se encontra perfeita, acabada e irretratável (artigo 903, *caput*, do Código de Processo Civil), mostra-se correta a decisão agravada que determinou a desocupação do imóvel;

v) denota-se um evidente abuso do direito de defesa, o que caracteriza litigância de má-fé prevista nos artigos 80, inciso II, do Código de Processo Civil, a qual deve ser repreendida por meio da imposição de multa em favor do agravado

Os fatos são aqui recebidos tais como estabelecidos pelo Tribunal *a quo*, e, se a violação do dispositivo legal invocado perpassa pela necessidade de se fixar premissa fática diversa da que consta do acórdão impugnado, inviável o apelo nobre:

Recurso especial.

Não ofende o princípio da Súmula 7 emprestar-se, no julgamento do especial, significado diverso aos fatos estabelecidos pelo acórdão recorrido. Inviável é ter como ocorridos fatos cuja existência o acórdão negou ou negar fatos que se tiveram como verificados.

(AgRg nos EREsp 134.108/DF, Rel. Min. EDUARDO RIBEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 2/6/1999, DJ 16/8/1999, p. 36)

Assim, haja vista que o recurso não ultrapassaria a barreira do conhecimento pela necessidade de revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é defeso na via do especial, não há falar em concessão de efeito suspensivo.

Ante o exposto, ausente a fumaça do bom direito, indefiro o pedido de tutela provisória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator